

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que em relação à acta da reunião anterior, a mesma ainda não se encontrava completa, estando os serviços a ultimá-la, uma vez que houve mudança nas pessoas que estão a secretariar os Órgãos Autárquicos, tendo havido também a Reunião extraordinária do dia vinte e cinco de Março, estando os serviços a fazerem as duas actas em simultâneo. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse incluído para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1. SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO -----

----- 1. Adesão à Agência de Desenvolvimento Regional para o sistema de informação da Região Centro -----

----- 1.2. DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1. SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 3. Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- 4. Autorização para pagamento de serviços a um avençado externo- Engenheiro Antonino Pereira Soares -----

----- 5. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002 -----

----- 2. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 2. Rectificação do anexo numero oito à acta da Reunião de trinta e um de Outubro de dois mil e um -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 5.A14- Sublanço Santa Eulália/ Coimbra (Norte)- trecho 1- Iluminação da rotunda de Arazede -----

----- 6. Variante à E.N. 347- Montemor-o-Velho / Alfarelos- Apresentação do traçado da via -----

----- 7. Acidente de viação na viatura de Maria do Rosário Rodrigues Caceiro- Reclamação -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

-----4.1.DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

-----2.Contrato Programa da Biblioteca Municipal -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

-----**PROPOSTAS** -----

-----**INFORMAÇÕES** -----

-----**DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----**Primeira** - Informou que hoje, dia vinte e sete de Março, é o Dia Mundial do Teatro, aproveitando a oportunidade para saudar os Grupos de Teatro Amador e as Instituições que fazem desta iniciativa artística e cultural seu dia a dia, no Concelho de Montemor. -----

-----**Segunda** - Informou ainda que neste momento está a decorrer a Auditoria Financeira, esperando haver na próxima semana, condições para obterem, para a próxima reunião de Câmara um relatório prévio. No mapa resumo que os financeiros fizeram chegar, da situação, neste momento têm em termos de pagamentos para efectuar, têm um saldo que se eleva a mais de um milhão de contos de dívidas. No mês de Março ultimaram apenas a fornecedores e empreiteiros, um pagamento muito próximo dos vinte mil contos, não tendo tido possibilidades de pagar mais que aquilo. Queria alertar para aquela posição delicada, e a muita vontade de lançar novos projectos está condicionada por aqueles aspectos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**DO VEREADOR PEDRO MACHADO.** -----

-----Primeira- Informou estar previsto um conjunto de iniciativas, que começaram com o Grupo de Teatro "O Bando", na Portela, no Sábado, dia vinte e três, que já faz parte do Programa Cultural da Câmara Municipal, estando ao mesmo tempo prevista no Centro Beira Mondego, nos dias trinta e um de Março e um de Abril, promovido pelo Grupo de Teatro "Atrás do Pano", de Santo Varão. Assim e nesta data comemorativa do dia do Teatro as iniciativas, que estão em curso, enaltecem esta arte. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO.** -----

-----Primeira - Gostaria de apelar para que na política daquele plano de actividades, que certamente irá ser aprovado, que, especialmente no que diz respeito ao Teatro, possa acompanhar aquela intenção de programação que tem vindo a ser desenvolvida ao longo dos anos, com algumas companhias importantes, como é o caso da Companhia "O Bando", e outras, também desenvolver-se uma política de apoio aos Grupos de Teatro, que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

leve que o Teatro não seja uma actividade exclusiva de algumas pessoas, mas que possa generalizar-se também para as Escolas, da mesma forma que existe desporto escolar, faria todo o sentido existir Teatro escolar, e que o Teatro fosse assumido em todas as suas funções. Montemor tem uma tradição muito grande ao nível do teatro, infelizmente nos últimos anos é uma tradição, mais para a organização do evento, do que propriamente pela produção teatral de qualidade. Há que realçar os trinta e um anos que o CITEC tem. A todos os grupos do concelho, também se torna necessário começarem a impor que tenham outro tipo de actuação, especialmente na iniciação ao teatro nas escolas, etc. -----

----- Segunda - Gostaria de realçar um facto importante, um facto político que impõe que não fiquem indiferentes: por um lado a perspectiva e a realidade em que se encontram de mudança de Governo, obviamente que o Partido Socialista não se poderá regozijar por aquele sentido, mas deve contudo afirmar, assumir os resultados, e ao mesmo tempo também realçar, apesar de tudo os resultados que o Partido Socialista também conseguiu obter, ao nível nacional, depois de um período muito difícil, mas também registar que ao nível concelhio, os resultados obtidos para as legislativas, foram favoráveis ao Partido Socialista. Pensa ser importante que a actual maioria tenha em atenção aqueles resultados e por isso tenha também para com a oposição, com os Vereadores do Partido Socialista, uma mudança na sua atitude e que lhes dedique um tratamento equivalente à importância que o Partido Socialista, tem no Concelho de Montemor. Continua a dizer que ainda não têm condições físicas para o exercício de direito de oposição. Não estão muito ansiosos, mas sabem o que implica todo o arquivo decorrente das reuniões de Câmara, o tratamento daquela informação, enfim, seria conveniente que aquelas condições fossem facilitadas o mais rápido possível, para que possam também sentir-se uma parte importante naquele processo de Poder Autárquico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Pedro Machado para tecer comentários face aos desafios que a bancada Socialista coloca. Em relação ao estatuto da oposição na Câmara Municipal, não só está consagrado, eles próprios o reclamaram em tempos idos, mas no que toca à questão das instalações está certo que os esforços estão a ser feitos, porque ainda hoje não estão condicionados todos os serviços que gostariam de ter. Ele próprio colocou aquela questão há bem pouco tempo ao Sr. Presidente da Câmara, no que toca à instalação de uma sala para secretariado da Comissão Executiva da "Coupe La Jeunesse", e confessa terem tido alguma dificuldade em poderem congregar num espaço, a possibilidade de o integrar. Será feito com muito esforço, com muito "aperto" e obriga,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

mesmo, a que alguns serviços que a Câmara tem no Solar dos Pinas, tenham um sistema de rotatividade, de quinze em quinze dias, nomeadamente o atendimento que é prestado e disponibilizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz, que se desloca aos dias de feira, de quinze em quinze dias, ao nosso Concelho, bem como de outros serviços, que gostariam de ter já espaço próprio, e não têm. É uma questão que está a ser acautelada há já algum tempo, mas infelizmente, como já foi referido na anterior reunião, quando discutiam o orçamento, o próprio edifício municipal, hoje, provavelmente careceria de um estudo e de uma remodelação que passasse, ou pela criação de um espaço alternativo, ou pelo redimensionamento deste.-----

-----Disse ainda que, quanto às ultimas eleições legislativas, quer a nível nacional, quer a nível concelhio, aí já têm opiniões divergentes. Opiniões divergentes no todo nacional, têm opiniões divergentes, principalmente no todo Concelhio. O facto de terem surgido eleições legislativas nacionais, poderão dizer-lo com algum conforto, que não foi tanto provocado, por uma oposição combativa e portadora de um conjunto de propostas que fizeram com que o eleitorado sentisse a necessidade das legislativas, mas sobretudo porque o partido que estava no Governo abriu o precedente de, não terminando uma legislatura, assumiu claramente que a estava a fazer em condições, provavelmente que estariam para além das suas próprias capacidades, sentiu aquela necessidade, no dia em que foram apurados os resultados das eleições Autárquicas, o próprio Primeiro Ministro assumiu aquela responsabilidade. Talvez a coragem de o assumir perante o Povo Português, o facto de não querer conduzir nem o País, nem o Governo, para uma situação, essa sim, do ponto de vista político, gravosa, que não via "a luz ao fundo do túnel". A expressão "Não querer conduzir o País para um pântano", é do próprio ex-primeiro ministro, que significa que estava bem consciente das dificuldades da sua governação, provavelmente dos erros que cometeu, no que toca à coordenação do próprio Governo, e dos próprios Ministros, leia-se Ministro das Finanças, leia-se Ministro da Saúde, leia-se Ministro da Educação, e toda a gente sabe, e conhece o corrúpio que foi feito nos últimos seis anos ao título das pastas Ministeriais. Portanto toda a gente tinha percebido, que o País estava numa situação difícil. Em relação ao todo Nacional esta é uma situação de eleições legislativas nacionais, se deve sobretudo, a defeitos do próprio Governo que estava na tutela, e sobre aquilo não tem grande dificuldade em admitir. O PSD conseguiu consolidar a sua maioria relativa, e por força das circunstâncias entre ter um Governo de instabilidade e um de estabilidade, provavelmente tem que aceitar a aliança com o partido que está à sua direita, e que de momento lhe confere uma maioria parlamentar estável quanto baste. Apesar do mérito que reconhece

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

ao Engenheiro Ferro Rodrigues, pela postura, pelo discurso, e nomeadamente, pelos patamares que conseguiu levar o Partido Socialista, no final destes seis anos e da forma como saiu do Governo, deixando situações difícilimas, de poder assumir uma campanha e conseguiu claramente ultrapassá-las. Em relação ao todo do Concelho, apesar de não ter os números, se repararem o Partido Socialista teve os mesmos votos que teve nas eleições Autárquicas. O que significa haver um desfasamento de votos do Partido Social Democrata, ou da Coligação em relação às Autárquicas, mas se as juntarem a estas legislativas, verão que a diferença é mínima, ou seja: estarão a falar de um empate técnico em relação ao Partido Socialista. Hoje a maioria que está neste executivo, PSD mais CDS/PP, quedou-se por diferencial de duzentos, trezentos votos. -----

----- Mais disse que, o Vereador Victor Camarneiro referiu que deveria haver um tratamento compatível com o estatuto que o Partido Socialista tem no Concelho, pensa que da parte deles ser-lhe-á feita aquela justiça, não tendo havido um tratamento diferenciado em relação à bancada do Partido Socialista, antes pelo contrário, podendo haver algumas divergências, em relação a questões pontuais, mas não significa que o Partido Socialista possa estar tão descansado, como à partida parece querer estar.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que o grande erro do Partido Socialista era tomar como referência as eleições autárquicas de noventa e sete. Porque foi a eleição que o Partido Social Democrata, "bateu no fundo", que não pode servir de exemplo para comparação. A comparação que sempre entendeu que deveria ser tomada seria a de noventa e três, onde o Partido Social Democrata saía de quatro anos de gestão autárquica e estava no topo da sua capacidade, e onde os resultados conjuntos do PP e do Partido Social Democrata, comparados com os do partido Socialista davam apenas a vantagem ao Partido Socialista de sessenta e quatro votos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, o resultado do Partido Socialista é deles, e o resultado do Partido Social Democrata, é um resultado de uma coligação que tem vários partidos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

----- **1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.**-----

----- **1- ADESAO À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

----- PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA REGIÃO CENTRO -----

----- O PRESENTE PONTO FOI INTRODUIZIDO NA ORDEM DO DIA. -----

-----Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em reunião anterior tinham manifestado disponibilidade para aderir a esta Agência, mas que tinha chegado o momento da formalização do pacto das diferentes Autarquias. Pensa que de momento não existe nenhuma autarquia da Região Centro que esteja de fora. Haverá uma jóia inicial de sete mil e quinhentos euros (mil e quinhentos contos). Esta Agência diz respeito a um sistema de informação na Região Centro para as Autarquias que é gerido pela equipa da CCR em pareceria com todas as Instituições, para poderem fornecer uma série de elementos, que pensa serem fulcrais e importantes. O que propõe é que seja, hoje deliberado e que lhe seja permitido assinar a escritura de constituição que vai ocorrer no dia quinze de Abril. -----

-----Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo concordar com o assunto em epígrafe, acha que são as tais decisões que é preciso tomar, mas seria importante que aquela decisão tivesse reflexos, dentro do próprio Município. A autarquia de Montemor não é propriamente um exemplo brilhante em relação a sistemas de informação, e julga que assumir aquela adesão, deve também significar assumir uma revolução rápida em termos informáticos na própria autarquia. Pensa que poderia haver um maior contacto entre eles, com, por exemplo, correio electrónico, um site, etc. -----

-----Tomou a palavra o Vereador Emidio Fidalgo dizendo ser fulcral ter uma modernização, e ter que haver um esforço total e global para a modernização do próprio serviço, por exemplo um sistema de informação geográfica. Pensa terem que evoluir, e socorrerem-se da oferta que já existe no Concelho, em termos de recursos naquela matéria.

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a adesão à Agência de Desenvolvimento Regional, com os encargos decorrentes e com autorização para que o Presidente da Câmara, ou alguém que o represente subscreva a Adesão. Ao mesmo tempo que seja remetida à Assembleia Municipal esta decisão de adesão à Agência de Desenvolvimento Regional para o Sistema de Informação da Região Centro. -----

-----Esta deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para efeitos imediatos.

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --

----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA

----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

-----Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre catorze de Março a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

vinte e seis de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um), ---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia catorze de Março e o dia vinte e seis de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte e seis de Março do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de setecentos e sessenta e dois mil trezentos e dez euros e vinte e dois cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e dezasseis mil quinhentos e dezasseis euros e sete cêntimos . -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 3- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS

----- TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-

----- O-VELHO. -----

----- Foi presente uma informação propondo a atribuição de um subsídio aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no valor de dez mil e setenta euros e setenta e um cêntimos, para fazer face às despesas do mês de Janeiro de dois mil e dois, e de onze mil e vinte e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos, para fazer face às despesas do mês de Fevereiro de dois mil e dois.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em primeiro lugar, aquela era uma Instituição privada, em segundo parece-lhe imoral, do ponto de vista dos princípios que, para os funcionários autárquicos, sejam eles quais forem, que haja um sistema de saúde que cobre a despesa cem por cento, porque o que se está a pagar é o diferencial entre o aquilo que o sistema "normal" de saúde comparticipa, e a diferença que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

cabe aos trabalhadores. Está-se a falar de uma média de vinte e quatro, vinte cinco mil contos por ano, mais os apoios pontuais, para determinado tipo de actividades (festas de Natal, etc.). Está-se a falar de quarenta mil contos durante um ano. Pensa ser necessário criar normas de transparência para que não sejam coniventes, com uma situação, que apesar de poder ter custos político, do seu ponto de vista não acarreta nenhum tipo de custo moral. Julga ser possível encontrar outras formas de incentivar e de recompensar as pessoas, que não seja por aquela via, que está tacitamente assumida e que coloca os funcionários da Câmara Municipal num patamar diferenciado em relação aos outros funcionários deste país. -----

-----Disse ainda que a sua posição seria de se abster em relação àquela situação.-----

-----Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo já ter tido uma reunião com a anterior direcção, e sugere que se solicite à direcção que troque impressões com o executivo acerca daquele assunto, mais na temática da racionalidade da despesa e sobretudo das propostas que a nova direcção apresentará. Poder-se-á fazer um convite à direcção que foi recentemente eleita para que apareça numa reunião breve, sobre aquela matéria. -----

-----Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo não saber até que ponto não seria mais fácil estudar um sistema de seguro de saúde para os funcionários autárquicos, que garantidamente não custará dois ou três mil contos por mês. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou com duas abstenções do Vereador Victor Camarneiro e Vereador António Ramalhete e cinco votos a favor, a atribuição dos subsídios aos Serviços Sociais, dos trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.- -----

-----Aprovou por unanimidade a formalização do convite efectuado aos novos órgãos eleitos, para que numa próxima reunião de Câmara compareçam a fim de trocarem algumas impressões sobre a funcionalidade e operacionalidade dos mesmos serviços.-----

----- 4- AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS A UM ---- ----- AVENÇADO EXTERNO-ENGENHEIRO ANTONINO PEREIRA----- ----- SOARES -----

-----Foi presente uma informação dos serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, sendo uma questão pendente desde mil novecentos e noventa e oito. Quando chegou agora à Câmara foi confrontado com vários ofícios, alguns do Advogado do Sr. Antonino Pereira Soares em que reivindicava um pagamento pelo serviço prestado na parte da assessoria técnica da instalação eléctrica, manutenção e conservação do campo municipal das Lages, e que, para o qual teria havido um acordo verbal dessa prestação de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

serviços que nunca foi concretizado e só mais tarde, em Agosto de 2001 através de uma informação que ele recebeu, de que teriam cessado todo e qualquer relacionamento com essa prestação de serviços ((documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- Com base numa informação do Director de Departamento, e na sequência de uma reunião que provocou com o prestador de serviços e com o Director do Departamento face ao pedido de uma indemnização por cerca de quarenta e três meses de prestação desse serviço, no valor de vinte mil escudos mês, e porque existia e ainda existe a prestação de um serviço técnico do engenheiro Mateus Filipe, que naquela altura não o pôde prestar, porque estava de férias ou estava fora e foi por isso que surgiu o Engenheiro Antonino Soares, julgou ser adequado chegar a um acordo, fixado em quinze mil escudos por mês. É reconhecido por parte dos serviços que houve um pedido de trabalho não havendo nada formalizado, só é dada conclusão aquela prestação de serviço em Agosto de dois mil e um, havendo claramente a assumpção da prestação de serviços por parte da Câmara, estando em causa apenas os montantes.-----

----- Disse ainda ser um dado evidente que o referido técnico prestou serviços a esta Câmara Municipal, no que se refere às infra-estruturas eléctricas do campo de futebol municipal desde Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito a Agosto de dois mil e um, tendo em atenção as exigências feitas pela Direcção Geral de Energia a quando a instalação eléctrica do campo. É também um dado evidente nunca ter sido acordado qualquer montante de avença pelo menos com o signatário. Perante o exposto e porque hoje (dia vinte e cinco de Março) se pretende solucionar a questão e tendo em atenção a reunião havida, é do seu parecer que se suporte o montante de setenta e cinco euros por mês, tendo em atenção o período de tempo indicado na alínea a). Este valor está já aceite pelo referido técnico e a sua proposta é que a Câmara encerre este processo, autorize o pagamento em causa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade que seja conferido e transmitido ao próprio aquela mesma deliberação.-----

----- **5- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2002.**

----- Foi presente o Plano de Actividades, as Grandes Opções e o Orçamento para o ano dois mil e dois -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que o documento entregue já contempla as alterações que foram sugeridas na anterior reunião, nomeadamente foi aberta uma rubrica específica para os Centro Históricos de Pereira e Verride, completaram toda a projecção da rede de esgotos do concelho, englobaram a "Coup de La Jeunesse",

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

a ex-estrada nacional 341 entre Granja e Pereira, a estrada Carapinheira-Gatões e a do Viso- Pisão- Tojeiro como vias de comunicação a serem introduzidas no Plano de Actividades e a participação às Juntas de Freguesia. A globalidade do Orçamento proposto, apresenta um valor próximo dos seis milhões de contos, que equivale a um corte face ao orçamento de dois mil e um de cerca de quinze por cento. Pensa estarem em condições de a meio do ano reajustar em baixa aquele orçamento e cimentar que este projecto tem determinados custos plurianuais projectados para os anos seguintes. -----

-----O valor total da recita prevista ascende a vinte e nove milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito euros, sendo vinte e dois milhões, novecentos e catorze mil e vinte e cinco euros, receita de capital e os restantes sete milhões, treze mil, quinhentos e quarenta e três euros, receita corrente. Do lado da despesa é apresentado um valor global, também, de vinte e nove milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito euros, dos quais sete milhões, treze mil, quatrocentos e oitenta e oito euros são para a despesa corrente e os remanescentes, vinte e dois milhões, novecentos e catorze mil, quinhentos e sessenta e oito euros, respeitantes à despesa de capital. -----

-----Ao mesmo tempo o Sr. Presidente da Câmara solicitou que fosse anexado a esta acta um documento que sintetize as Grandes Opções do Plano que circunscreve o Orçamento agora apresentado. -----

-----Por outro lado e de acordo com a proposta Orçamental agora apresentada o Sr. Presidente da Câmara propôs que o Executivo aprovasse, em minuta e para efeitos imediatos, remetendo, também à Assembleia Municipal, uma proposta de contratação de um Empréstimo de Saneamento Financeiro Municipal, no montante de seis milhões e quinhentos mil euros, para fazer face à "ruptura" financeira (dívida e encargos transitados), herdada e que garanta o equilíbrio orçamental para dois mil e dois. Solicitou, também, que os Serviços promovessem, desde já, os contactos necessários com as entidades bancárias que apresentassem as melhores condições para a obtenção do citado empréstimo que se enquadra nos termos do artigo vinte e cinco da Lei das Finanças Locais (Lei numero quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto), de forma ao Executivo poder deliberar a sua contratação em termos céleres. -----

-----Interveio o Vereador José Marques apresentando alguns pontos de vista que considera pessoais:-----

-----Ponto um - após análise e discussão que tiveram acerca daqueles dois documentos, leia-se importantes ferramentas de gestão que se complementam, pensa que decorreu de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

forma elevada os trabalhos e tendo em conta os objectivos a que se propuseram para que o concelho se desenvolva de forma harmonizada e sustentada.-----

----- Ponto dois - Aquele orçamento não será o ideal, é o orçamento possível para fazer face à situação herdada. -----

----- Ponto três - Em relação à descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, bem como à distribuição dos meios financeiros para que as Freguesias possam realizar aquelas mesmas competências, elogia as propostas apresentadas. -----

----- Ponto quatro - Em relação à questão colocada na última sexta-feira pelo Senhor Vereador Victor Camarneiro em que referia que curiosamente se ter entregue o pelouro da coordenação das juntas de freguesia ao Vereador sem tempo atribuído, e daí resultar alguma falta de apoio. Não será totalmente verdade dado o esforço a que se tem submetido. -----

----- A Câmara aprovou por unanimidade, e em minuta, o Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e dois, bem como o empréstimo de Saneamento Financeiro, no montante de seis milhões e quinhentos mil euros. Foi também aprovado o documento respeitante às Grandes Opções do Plano que se anexa. (documento anexo à presente acta sob o numero quatro). -----

----- A bancada do Partido Socialista apresentou Declaração de voto que se transcreve.-

----- Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista para o Executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, face à proposta de Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e dois que lhes foi apresentado pela Maioria, entenderam tomar a seguinte posição, considerando que: -----

----- Um- Existindo condicionalismos objectivos que influenciam o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de dois mil e dois, designadamente pela introdução do POCAL e pelo período excepcional em que o mesmo está a ser elaborado;-----

----- Dois- Existindo também condicionalismos subjectivos decorrentes de investimentos transitados do mandato anterior, que são obviamente limitadores e impõem restrições a qualquer estratégia inovadora que se pretenda levar a cabo;-----

----- Três- Não tendo a referida Maioria, no quadro legal dos direitos que assistem à Oposição, demonstrado até ao momento o devido e equivalente respeito pelo exercício das nossas funções- recorde-se que não foram disponibilizados nem espaço físico nem apoio logístico adequados e que o fornecimento atempado de informação deixa muito a desejar

-;-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

-----Quatro- Não estando absolutamente convencidos da exequibilidade do Plano e Orçamento apresentado e não considerando devidamente fundamentadas, nem as Grandes Linhas do Plano, nem as opções metodológicas e estratégicas, nem as prioridades, nem os detalhes quer das receitas quer das despesas preconizadas; -----

-----Cinco- Não vendo contempladas algumas das iniciativas e ideias que gostaríamos que fossem dinamizadas, designadamente a intervenção no Centro Histórico de Verride, a conclusão definitiva dos Pavilhões de Meãs e Tentúgal e do edifício da Associação de Quinhendros, o Projecto da Piscina de Pereira, a definição da localização do Complexo Desportivo de Montemor-o-Velho, os fundamentos das políticas culturais, sociais e desportivas concelhias, a filosofia de gestão de recursos humanos, os Gabinetes de Apoio às Juntas de Freguesia, Associações e Empreendedores, o Conselho Municipal da Juventude, a política urbanística e a reorganização dos serviços de obras e licenciamento, o plano estratégico para o desenvolvimento do turismo, entre outras; -----

-----Ainda assim: -----

-----Um- Tendo em linha de conta as explicações fornecidas pelo Sr. Presidente da câmara Municipal e a forma franca e aberta com que se expôs ao debate e aceitou as críticas e sugestões que julgámos por bem tecer, independentemente das reservas que mantemos e das responsabilidades político - partidárias que nos assistem enquanto Oposição, verificámos que o Plano e Orçamento apresentados transcrevem ou traduzem parte significativa das propostas por nós definidas no Manifesto Eleitoral que apresentámos durante a Campanha; -----

-----Dois- Facto que, apesar de não constituir por si só motivo suficiente para qualquer regime de tolerância ou excepção, mas tendo em consideração que o actual Executivo se encontra em funções apenas há três meses, justifica-se, no domínio da ética e do respeito devido aos adversários políticos, que lhe seja concedido o benefício da dúvida em sede de planeamento e votemos favoravelmente o Plano e Orçamento para dois mil e dois, deixando no entanto claro, que, ficaremos atentos à sua execução e do resultado da mesma, futuramente retiraremos as ilações adequadas e actuaremos de acordo com o sucesso ou insucesso que vier a verificar-se. -----

----- 11.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

----- Foi presente uma informação a que se refere o art.º sessenta e cinco da Lei n.º cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco- A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

(documento anexo à presente acta sob o número cinco).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre quinze e vinte e seis de Março do corrente ano.-----

(documento anexo à presente acta sob o número seis).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- RECTIFICAÇÃO DO ANEXO NUMERO OITO À ACTA DA -----

----- REUNIÃO DE TRINTA E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E UM--

----- Foi presente o processo numero oito barra dois mil, em nome de Manuel Costa Faria, para rectificação do anexo numero oito à acta da Reunião de Câmara de trinta e um de Outubro de dois mil e um. -----

----- Sobre o assunto em epígrafe foi prestada informação de que no referido anexo, nos lotes números onze e doze na Finalidade/Pisos onde se lia "...H- r/chão, H- Andar..." deve passar a ler-se "... Comércio/Serviços- r/chão, H- Andar...", e no lote trinta e seis na Área de Construção e na Finalidade/Pisos onde se lia "...Habitação..." deve passar a ler-se "... Equipamento/Serviços...", conforme documentos rectificativos anexos à presente acta sob o numero sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade a rectificação do anexo oito à acta da reunião de trinta e um de Outubro de dois mil e um.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

----- **1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS ---**
 ----- **POVOAÇÕES: ARRUAMENTOS JUNTO À MISERICÓRDIA E --**
 ----- **ACESSO À PONTE DE PEREIRA -----**
 ----- **SUSPENSÃO DE TRABALHOS -----**

-----Foi presente uma informação dos serviços, dando conhecimento da necessidade de suspender os trabalhos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o numero oito.

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

-----Um- Autorizar a suspensão dos trabalhos, com base na informação dos serviços e nos termos do artigo cento e oitenta seis do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, com efeitos a partir de vinte e dois de Outubro de dois mil e um e até à conclusão das obras de infra-estruturas eléctricas ou assim que haja condições para o recomeço dos trabalhos.-----

-----Dois- Que seja apresentado novo plano de trabalhos logo que a obra seja reiniciada.

-----Três- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO- -----**
 ----- **INFRAESTRUTURAS TELEFÓNICAS.- RELATÓRIO DE -----**
 ----- **ANÁLISE DAS PROPOSTAS-----**

-----Na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara de quinze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à acta sob o número nove. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

-----Um- Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Canas, S.A., pelo montante de quarenta e cinco mil oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal.-----

-----Dois- Dispensar a audiência escrita, nos termos da alínea a) do numero um do artigo cento e três do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Três- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3- POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO- -----**
 ----- **INFRAESTRUTURAS DE GÁS.- RELATÓRIO DE ANÁLISE ----**
 ----- **DAS PROPOSTAS. -----**

-----Na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara de quinze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à acta sob o número dez. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um- Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma C.M.E., S.A., pelo montante de quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta euros e sessenta e nove cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal.

----- Dois- Dispensar a audiência escrita, nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Três- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **4-CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS ---**
 ----- **POVOAÇÕES: ARRUAMENTOS JUNTO À MESERICÓRDIA E ---**
 ----- **ACESSO À PONTE DE PEREIRA (INFRAESTRUTURAS ---**
 ----- **ELÉCTRICAS).- RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. -**

----- Na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara de quinze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um- Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Somitel, S.A., pelo montante de sessenta e dois mil trezentos e quarenta euros e sessenta e sete cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal.-----

----- Dois- Dispensar a audiência escrita, nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Três- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **5-A14- SUBLANÇO DE SANTA EULÁLIA/COIMBRA (NORTE)-**
 ----- **TRECHO 1 -----**

----- **-ILUMINAÇÃO DA ROTUNDA DE ARAZEDE -----**

----- **O PRESENTE PONTO FOI INTRODUIDO NA ORDEM DO DIA. -----**

----- Foi presente um ofício do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Viária Direcção de Estradas de Coimbra (ICERR) sobre o assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um- Não aceitar que a presente empreitada seja englobada só no PIDDAC de dois mil e três, solicitando que tudo seja ainda resolvido em dois mil e dois.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

-----Dois- Declinar a responsabilidade em qualquer acidente que ocorra na referida rotunda.

-----Três- Assumir a responsabilidade no que diz respeito aos encargos com a energia eléctrica. -----

-----Quatro- Dar conhecimento ao ICERR que o projecto eléctrico já foi solicitado à EDP, S.A., em nove de Novembro de dois mil e um, estando assim em execução. -----

-----Cinco- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos e comunicar ao ICERR.- -----

6- VARIANTE À E.N. 347- MONTEMOR-O-VELHO/ ALFARELOS

-APRESENTAÇÃO DO TRAÇADO DA VIA -----

O PRESENTE PONTO FOI INTRODUIDO NA ORDEM DO DIA -----

-----Pelo Presidente da Câmara foi apresentado o traçado da nova via em epígrafe, entre a actual Estrada Nacional numero cento e onze em Montemor-o-Velho (Rosmaninhal) e a ex - trezentos e quarenta e sete, Granja do Ulmeiro / Alfarelos, no Concelho de Soure.----

-----Tomou a palavra o Director do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, para ilucidar e dar algumas explicações sobre o referido traçado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

-----Um- Dar parecer favorável ao traçado desta via no troço acima indicado.-----

Dois- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos e comunicar ao ICOR. -

7-ACIDENTE DE VIAÇÃO NA VIATURA DE MARIA DO -----

ROSÁRIO RODRIGUES CACEIRO- RECLAMAÇÃO -----

O PRESENTE PONTO FOI INTRODUIDO NA ORDEM DO DIA -----

-----Foi presente uma reclamação apresentada pela Senhora Maria do Rosário Rodrigues Caceiro, sobre o acidente em epígrafe, na sequência do parecer emitido pela Sindica desta Câmara Municipal, Doutora Albertina Jorge e comunicado à reclamante através de ofício em catorze de Janeiro do corrente ano.-----

-----Pelo Vereador Engenheiro Abel Girão foi prestada uma informação, que se encontra aposta no verso da referida reclamação, conforme documentos anexos à presente acta sob o numero treze.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e face à informação do Vereador Abel Girão, deliberou por unanimidade, indemnizar a reclamante no montante de sessenta e oito euros e oitenta e três cêntimos (treze mil e oitocentos escudos), acrescido do IVA à taxa legal.-----

-----3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.-----

-----3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1- CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS -----

----- PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS -----

----- FREGUESIAS DO CONCELHO -----

----- - PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----

----- ENCARGOS -----

----- - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura do concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o numero catorze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um- Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do numero três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei numero cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois- Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos serviços. -----

----- Três- Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro- Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas, nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei numero cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- "Comissão de Abertura do Concurso": -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro- Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges- Engenheiro Técnico Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira- Secretária -----

----- "Comissão de Análise das Propostas": -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro- Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges, Engenheiro Técnico Civil -----

----- Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro, Engenheira Civil -----

----- Cinco- Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 1- INICIATIVA "COROS MONTEMOR 2002"- -----

----- APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA E ORÇAMENTO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

-----Irá decorrer entre treze de Abril e quinze de Junho de dois mil e dois, a Iniciativa "Coros Montemor 2002", integrada na Programação "Montemor Vila Cultural", que se centra na programação cultural nas seis vilas de Montemor-o-Velho, ou seja: Montemor-o-Velho (dois coros participantes de Montemor-o-Velho/ dois concertos), Pereira (coro participante de Pereira/ um concerto), Tentúgal (coro participante de Tentúgal/ um concerto), Arazede (coro participante de Arazede/ um concerto), Carapinheira (coro participante da Carapinheira/ um concerto) e Verride (coro participante de Verride/ um concerto). A iniciativa contará com a participação dos catorze coros concelhios e de três coros profissionais.-----

-----De referir ainda que a Iniciativa "Coros Montemor 2002", conta com o apoio do INATEL (Recital INATEL, no dia vinte de Abril de 2002), do Instituto Português das Artes do Espectáculo - Ministério da Cultura (Concerto Abertura no dia treze de Abril de dois mil e dois) e em caso de aprovação da Candidatura "Montemor Vila Cultural", do Programa Operacional da Cultura (Concertos a decorrer nas Vilas de Montemor-o-Velho e Tentúgal).--

-----A programação e o orçamento da iniciativa em epígrafe, está como documento anexo à presente acta sob o numero quinze.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Iniciativa "Coros Montemor 2002", bem como a seu programa e orçamento.-----

----- **2-BIBLIOTECA MUNICIPAL-CONTRATO PROGRAMA**-----

----- **O PRESENTE PONTO FOI INTRODUIDO NA ORDEM DO DIA**-----

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que através do Ministério da Cultura e do Instituto Português do Livro e da Leitura, através da Dr.^a Maria José Moura foi contactado para no próximo dia dois de Abril celebrar o contrato programa para a construção da Biblioteca Municipal. Considera os montantes globais insatisfatórios face ao montante global do projecto. Há contudo dois aspectos que o levam a sugerir que a Autarquia, neste caso o executivo, lhe autorize a assinatura daquele contrato programa . ---

-----Primeiro, aquelas verbas inscrevem-se em PIDAC, o que significa que não estão fechadas as hipóteses, de procura de outra fontes de financiamento. Julga ser oportuno para já assinatura do contrato programa.-----

-----Segundo, existe a possibilidade de mais tarde fazer transferência entre as rubricas orçamentais, sendo neste caso o problema da obra de construção civil em que o montante em si é o mais baixo, face à previsionabilidade de execução que tiveram no concurso, mas também está levantada a hipótese de poder renegociar a transferência de verbas, por

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

exemplo, dos fundos documentais para a obra de construção civil, da informática para o equipamento e mobiliário, e a partir daí poderão equacionar aquela matéria.-----

----- Em termos genéricos e de acordo com aquela previsão o que está apontado é um custo total de instalação da biblioteca próximo de um milhão quinhentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e seis euros, ou seja trezentos e sete mil setecentos e trinta e oito contos repartido pelas rubricas de estudo, obras de construção civil, equipamento e mobiliário, fundos documentais e informática, sendo participado a cinquenta por cento do seu custo global.-----

----- Aquele contrato programa, será submetido a Assembleia Municipal. Para que aquele projecto não deslize temporalmente para lá de uma altura em que tenham capacidades de negociar diferente da que têm hoje, propunha ao executivo autorização para o celebrar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do contrato programa para a Biblioteca Municipal (documento anexo à presente acta sob o numero dezasseis).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- PROJECTO DESPORTIVO CONCELHIO -----

----- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo haver naquele momento um projecto desportivo concelhio que está a ser criado, em que fundamentalmente foi pedido a um técnico de desporto do concelho que durante o prazo de seis meses e em parceria com o responsável pela área de desporto no executivo, que apresentassem um projecto claro quer ao tecido associativo, quer aos clubes, quer à própria dinâmica interna funcional da Câmara, quer junto das escolas, definindo um triângulo privilegiado do desporto concelhio - clubes, autarquia e escolas - dando preferência aos clubes e às escolas, tendo a autarquia apenas um trabalho coordenador e incentivador, mas nunca autarquizador daquele próprio desporto.-----

----- Mais disse que em relação aquele aspecto deu prioridade à questão do desporto escolar, e com base nisso dirigiram ao CAE de Coimbra, uma proposta para que ainda no terceiro período do ano em causa pudessem em termos de um trabalho piloto incentivar em quatro freguesias do concelho - Seixo, Montemor, Carapinheira e Santo Varão - nas escolas do primeiro ciclo e Pré-Escolar a modalidade desportiva no contexto da pedagogia da formação da criança.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

-----Informou que o CAE aprovou na totalidade aquela proposta, estando a desencadear reuniões de trabalho com os responsáveis, directores das escolas do primeiro ciclo e dos jardins de infância que vão estar envolvidos. Ao mesmo tempo editaram uma brochura que encerra o manual de todo aquele trabalho que iriam testar nos próximos três meses. -----

-----Os custos que leva à Câmara são: -----

-----Formalizar a avença com quatro técnicos para pôr aquele projecto em funcionamento já no terceiro período, a partir de oito de Abril, nomeadamente ao professor Paulo Galvão que ficará responsável pela escola do Seixo e para o qual iriam contratar por vinte e quatro horas mensais o que iria pressupor um valor global mensal de sessenta mil escudos, o que significa, duzentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos mensais. Para Santo Varão, oito horas por mês, com custo estimado mensal em noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos, ou seja vinte mil escudos, sendo responsável o Professor António Manuel Pessoa Alves. Para Montemor, ficará o professor Fausto Rafael Rodrigues Pereira, que perfaz um total de vinte e oito horas mensais, com o valor de trezentos e quarenta e nove euros e dezasseis cêntimos por mês. E finalmente para a Carapinheira, a Silvia Cristina de Oliveira Caetano, com um total de trinta e duas horas mensais, com o valor de trezentos e noventa e nove euros e quatro cêntimos por mês. Irá perfazer um encargo mensal, nesta fase ainda piloto, de duzentos e trinta contos, cerca de mil cento e dez euros, estando-se a falar neste trimestre de seiscentas e noventa contos, no global ou seja cerca de três mil, quatrocentos e cinquenta euros. No final deve fazer-se uma avaliação do que teve de positivo, dos pontos negativos que houveram para se puderem atingir os objectivos iniciais. -

-----Informou ainda que se vai lançar o sexto torneio de futsal juvenil a decorrer nos meses de Abril, Maio e Junho, estando por um lado a incrementar a formação na área escolar, e ao mesmo tempo dar a possibilidades a que os clubes chamem os seus atletas. Este torneio de futsal é fundamentalmente destinado às Juntas de freguesia, clubes e associações do concelho sobretudo nas áreas de jovens nascidos até mil novecentos e noventa e três, infantis nascidos até mil novecentos e oitenta e nove/noventa, iniciados nascidos até mil novecentos e oitenta e sete/oitenta e oito e juvenis nascidos até mil novecentos e oitenta e cinco/oitenta e seis, estando-se a falar de escalões no máximo até aos quinze anos. -----

-----Disse ainda que o torneio irá trazer à Câmara uma despesa que pretendeu reduzir ao máximo, num total de cinco mil e setecentos contos, englobando transportes que são assumidos pela Câmara, documentação dada pela Câmara e ainda recursos humanos -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

pagamentos aos funcionários que estão no pavilhão. Solicitaram o apoio a dois técnicos em áreas diferentes para acompanhar aquele processo, sendo um deles árbitro (Joaquim Fabrício) e o outro técnico de educação física (Miguel Carvalho). O trabalho do árbitro ao longo dos três meses seria remunerado, na totalidade em cinquenta mil escudos - duzentos e cinquenta euros. Em relação ao técnico do desporto seria remunerado ao longo dos três meses num global de cento e cinquenta mil escudos, ou seja setecentos e cinquenta euros.

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que por um lado este tipo de iniciativas não oferecem grandes dúvidas em relação à sua aprovação, podendo sim oferecer algumas dúvidas quanto à metodologia e à estratégia a levar a cabo, não estando ainda muito esclarecido qual a prioridade que se vai fazer. Pensa ser importante enquadrar tudo aquilo num contexto das práticas desportivas que existem no concelho de Montemor, de forma a que resulte uma apetência para a prática desportiva, mas também uma certa influência para a prática desportiva ou seja para as modalidades que estão em marcha no concelho de Montemor, desde o futebol, basquetebol, os desportos náuticos, etc.-----

----- Alertou para a pedagogia que deve estar associada àquele tipo de oferta, porque a verdade é que os clubes normalmente para fornecerem aquele tipo de serviços sempre cobram alguma coisa e daquela forma a autarquia está a oferecer aqueles serviços tornando desigual a oferta que é feita pelos clubes e a oferta que é feita pela autarquia. ----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que o Senhor Presidente da Câmara sendo o responsável pelo desporto deve de algum modo sustentar-se nalgumas daquelas opiniões, podendo ele pessoalmente dar-lhe alguns apoios e apoiá-lo através de alguns organismos distritais.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o projecto desportivo concelhio e os respectivos orçamentos e avenças com os técnicos mencionados.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1- OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES NA ESCOLA E.B. 2/3 DR. -

----- SANTOS BESSA DA CARAPINHEIRA -----

----- Foi presente uma informação dando conhecimento que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Divisão de Educação, em articulação com a Escola EB 2/3 Dr. Santos Bessa, irá realizar de vinte e cinco de Março a cinco de Abril, Actividades de Ocupação de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

Tempos Livres para cerca de quarenta alunos daquela Escola (documento anexo à presente acta sob o numero dezassete). -----

-----Esta iniciativa tem como objectivo ocupar os jovens durante as férias da Páscoa, proporcionando-lhe um conjunto de actividades lúdico- didácticas, tais como o Desporto, Informática e Artes Plásticas. -----

-----Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que o compromisso que pode dali decorrer por parte da Câmara Municipal ao oferecer gratuitamente este tipo de serviços, cria desigualdades com as restantes iniciativas em curso ou com aqueles que nunca poderão beneficiar daqueles projectos. -----

-----Propôs ao Senhor Presidente da Câmara, detentor do Pelouro do Desporto, que faça um desafio às Associações e aos agentes desportivos que actuam no concelho para apresentarem propostas de desenvolvimento desportivo, ou concelhias, ou por freguesia ou por modalidades. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a iniciativa em epígrafe. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

INTERVENÇÃO AO PÚBLICO

-----Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

-----Esteve presente o munícipe Gilberto Moio, residente em Montemor -o - Velho a solicitar a resolução para uma serventia da habitação do seu filho, situada nesta vila. -----

-----O Presidente prestou os esclarecimentos necessários. -----

ENCERRAMENTO

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 27

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a